

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.327 - SC (2018/0346304-1)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : PAULO MARCONDES BRINCAS - SC006599
RENATO MARCONDES BRINCAS E OUTRO(S) - SC008540
MARLI COLLMAN - SC039286
CAREN DE SIQUEIRA MACHADO - SC036622
AGRAVADO : ADALBERTO KLOSE
ADVOGADOS : NICÁCIO GONÇALVES FILHO - SC011095
JULIANA GONÇALVES - SC035663

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim ementado:

SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. TELEFONIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTERLOCUTÓRIO QUE ACOLHEU PARCIALMENTE A IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO. RECURSO DA EXECUTADA.

HONORÁRIO DE SUCUMBÊNCIA. READEQUAÇÃO.

Não são cabíveis honorários advocatícios pela rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença. Nessa toada, no caso de acolhimento, ainda que parcial, serão arbitrados honorários em benefício do executado.

CRITÉRIOS DE CONVERSÃO DE AÇÕES E DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR DIVIDENDOS EM PERDAS E DANOS.

No tocante à fase de cumprimento de sentença, conquanto o título exequendo seja omissivo no ponto, observar-se-ão os critérios de conversão em perdas e danos estabelecidos pelo Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do Recurso Representativo de Controvérsia n. 1.301.989/RS.

VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DISPONIBILIZAÇÃO DE BALANCETES TRIMESTRAIS PELA EMPRESA EMISSORA. RESPEITO À COISA JULGADA.

Não encontra óbice na coisa julgada a utilização de Valor Patrimonial da Ação referente a mês anterior ao da integralização do capital, quando se tratar de valor equivalente ao daquela data, haja vista a publicação de balancetes trimestrais pela Telebrás na época da integralização do capital pelo acionista.

AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 502, 503, 508 e 1.022 do CPC/2015.

Alega omissão e erro material no acórdão recorrido sobre o VPA

divulgado em junho de 1987. Sustenta a utilização no cálculo do valor patrimonial anterior à data da integralização do contrato, contrariando o título executivo. Afirma que deve ser utilizado o VPA no mês da integralização, no caso dos autos, o VPA divulgado pela Telebrás em junho de 1987, qual seja, CR\$ 5,942.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 184-202 e 206-224.

É o relatório. Decido.

2. Não há falar em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o eg. Tribunal **a quo** dirimiu as questões pertinentes ao litígio, com fundamentação clara e suficiente. Cabe destacar que não significa omissão, nem erro material, quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, são inviáveis quando inexistente obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decidida.

3.(...)

4. Embargos de declaração rejeitados.(EDcl no AgInt no CC 144.334/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 29/08/2016)

3. Quanto aos demais dispositivos legais violados, também não prospera o inconformismo.

Na espécie, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, interpretou o título exequendo e concluiu que está correto o cálculo da indenização, consignando que foi utilizado o correto valor patrimonial da ação, equivalente ao da data da integralização, com a seguinte fundamentação (fl. 79):

"IV.III Por fim, a recorrente aventa que o Valor Patrimonial da Ação da base de cálculo diz respeito ao trimestre anterior àquele que abrange a data da integralização do capital, ocorrida em 28.05.1987, o que vai de encontro ao título exequendo.

Inicialmente, destaca-se que, em observância ao Comunicado CGJ nº 67 - o qual orienta que se utilize a planilha disponibilizada no site da Corregedoria-Geral de Justiça para a elaboração de cálculos de indenizações em ações de telefonia como a presente -, os Valores Patrimoniais das Ações aplicáveis à espécie, os quais aqui se busca discutir, deverão ser retirados do aludido documento, porquanto estabelecido como parâmetro no âmbito do judiciário catarinense.

Outrossim, é notório que, à época, a Telebrás publicava balancetes trimestrais em vez de mensais.

Com isso em mente, extrai-se da planilha confeccionada pela Corregedoria-Geral de Justiça, precisamente na aba intitulada "VPA - Telebrás", que os Valores Patrimoniais das Ações concernente aos meses de março, abril e maio de 1987 são iguais (Cz\$ 3,5630), o que sugere que o balancete divulgado pela companhia que embasou os VPAs é referente a tais meses.

Por oportuno, esclarece-se que não encontra óbice na coisa julgada a utilização de Valor Patrimonial da Ação referente a mês anterior ao da integralização do capital, quando se tratar de valor equivalente ao daquela data, haja vista a publicação de balancetes trimestrais pela Telebrás na época da integralização do capital pelo acionista.

Logo, constata-se que o expert fez uso do índice correto para fundamentar o cálculo da indenização (fl. 66 do anexo II), de modo que se rechaça o argumento da agravante."

Constata-se que o acolhimento da pretensão recursal acerca do alegado equívoco no valor patrimonial da ação demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

Observa-se que, "em regra, a interpretação das instâncias ordinárias acerca do título exequendo, ainda que judicial, não se submete ao crivo do recurso especial, por encontrar o óbice de que trata o enunciado n. 7, da Súmula" (AgRg no AREsp 10.737/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 22/03/2012).

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator